

“Lembras-te” de “Oitenta e oito”: Colonialidade do espaço e trânsitos espiralares em dois contos de autoria feminina

Resumo

A modernidade ocidental é geralmente entendida como uma forma de progresso e de vantagens econômicas, sociais e políticas, que, de alguma maneira, se sobrepõe a outros modelos socioculturais, vistos automaticamente como produto do atraso e da ausência de civilização, segundo aponta Maldonado-Torres (2020). Nesse contexto, nosso objetivo é investigar dois contos historiográficos – “Lembras-te?”, de Olinda Beja, e “Oitenta e Oito”, de Eliana Alves Cruz – observando como essas narrativas abordam os seguintes pontos: as práticas coloniais em contextos políticos supostamente descolonizados, nos quais os corpos são atravessados pela colonialidade do espaço; e os trânsitos espiralares como reinvenção do fato histórico linear. Sendo assim, utilizaremos os pressupostos de Castro-Gómez (2003), Césaire (2020), Curiel (2020), Lugones (2020), Maldonado-Torres (2007), Martins (2003), Miranda (2019) e outros. Ademais, constatamos que ambos os contos problematizam as noções de uma hegemonia narrativa nas formações identitárias, epistemológicas e culturais dos países outrora colonizados, as quais foram desestabilizadas face à consciência de outras possibilidades de ser, existir e criar em um mundo multiétnico e marcado pela “diversalidade” (MIGNOLO, 2000; GROSGOUEL, 2008).

Palavras-chave

Autoria feminina. Espiralidade. Colonialidade do espaço.

1 Introdução

Ao dizer que “a Europa é indefensável” (CÉSAIRE 2020, p.9), o martinicano Aimé Césaire reflete sobre o modo como o continente Europeu estabeleceu dicotomias hierarquizantes, subalternizou vidas, marginalizou identidades e cometeu os maiores memoricídios³² da história da modernidade, em nome de uma suposta ideia de progresso, da superioridade racional e da globalização. O filósofo camaronês contemporâneo Achille Mbembe (2014, p. 39) complementa esta assertiva, destacando que, de acordo com o pensamento ocidental forjado à época colonial, “o Negro é representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar sua animalidade, de se autoproduzir e de se erguer à altura do seu deus.” A falácia da crença em uma superioridade europeia com propósito “civilizacional”, conjugada à necessidade imperiosa de catequização como modo de “salvação” de vidas tidas como primitivas, foram os pretextos pelos quais a Europa justificou a subjugação dos países colonizados, conforme também apontou Césaire:

O grande responsável nesse campo é o pedantismo cristão, por ter elaborado as equações desonestas: cristianismo = civilização; paganismo = selvageria, das quais só poderiam resultar as abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros (CÉSAIRE, 2020, p. 11).

Com efeito, esse grupo de pessoas foi brutalizado, fazendo com que tais sujeitos, localizados nas equações acima descritas, tenham sido considerados uma espécie de “peso morto na civilização” (CÉSAIRE, 2020, p. 17), na qual a Europa se estabelece como o ponto de partida da barbárie colonizadora. Sendo assim, aumenta-se constantemente o abismo que separa as recorrentes justificativas acerca do empreendimento colonial, conforme podemos perceber na observação do escritor martinicano: “E digo que, da colonização à civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano” (CÉSAIRE, 2020, p. 11). De acordo com o teórico congolês Valentim Mudimbe (2013, p. 16), “emergem três hipóteses e ações complementares [que definem a

³² Termo usado para designar o apagamento da memória cultural e coletiva de determinado povo, diante do desenvolvimento de epistemologias imperialistas ditas superiores. Essa categoria semântica é utilizada para nomear a ação de relegar práticas sociais e históricas da memória à invisibilização, tendo o vocábulo maior repercussão nos estudos de Fernando Báez (2010), sobretudo no livro *História da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. No Brasil, a ideia de memoricídio tem sido mais frequentemente difundida pelos estudos da professora Constância Lima Duarte em suas pesquisas sobre o apagamento histórico da literatura de autoria feminina, especialmente no seu mais recente livro *Memorial do Memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história* (2022), publicado pela Editora Luas.

estrutura colonizadora]: o domínio do espaço físico, a reforma das mentes nativas, e a integração de histórias económicas locais segundo a perspectiva ocidental”.

Ainda que o contexto colonial brasileiro e africano tenha acontecido de formas diferentes, é inegável a existência de um projeto colonial, comum aos países que a ele foram submetidos, que subjugava e impunha despessoalizações culturais e obliterações sócio-históricas, bem como não se pode olvidar a permanência dos resíduos da estrutura colonial na modernidade. Nesse sentido, cabe destacar a assertiva de Mbembe (2014, p. 35):

Com as estruturas imperiais do mundo atlântico arruinadas e substituídas pelos estados-nações, as relações entre as colónias e a metrópole sofreriam alterações (...). As velhas questões de heterogeneidade, diferença e liberdade são ressuscitadas, enquanto as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial. A contribuição dos Afro-Latinos e dos escravos negros para o desenvolvimento histórico da América do Sul será apagada ou, pelo menos, severamente ocultada.

Isso posto, a proposta deste artigo – analisar dois contos historiográficos, a saber: “Lembras-te?”, da autora santomense Olinda Beja, e “Oitenta e Oito”, da brasileira Eliana Alves Cruz – é uma forma de apontar que não apenas as identidades marginalizadas sofrem invisibilização nos modos de representação, mas também elas estão incluídas em um circuito temporal espiralar³³, no qual as ações transitam entre as intermitências do colonialismo e a denegação da colonialidade. Logo, como indica Robert Young (2005, p. 195), todos esses eventos, inclusive outras maneiras de representar e investigar o pós-colonial como a crônica de viagem, as memórias e as ciências humanas podem servir como um arcabouço de interpretação das práticas ideológicas do colonialismo.

A narrativa curta “Lembras-te?” está inserida na antologia *Histórias da Gravana* (2011), ³⁴de Olinda Beja. Neste conto, a autora ficcionaliza as experiências de travessias de um “longeavô” português, o qual aportava em terras santomenses a fim de explorar as

³³ Neste trabalho, adotamos a ideia de tempo espiralar ou temporalidades espiraladas de Leda Maria Martins (2003) e Fernanda Miranda (2017; 2019). Segundo as pesquisadoras, esse tempo espiralar corresponde a uma cronologia da confluência de outros tempos e espaços, reinventado pela possibilidade mi(s)tica e pela memória. Isto é, como bem afirmou Fernanda Miranda (2017), em um texto seminal publicado no *Suplemento de Pernambuco* (Cf. referências), é o presente atravessado por outros tempos. Logo, nesse campo de estudo, as palavras espiralidade, tempo espiralar e temporalidades espiraladas são utilizados para nomear esse tempo histórico que não se lê linearmente, mas como uma espiral.

³⁴ Infelizmente, não tivemos acesso ao livro para referenciar as respectivas páginas; logo, as referências se seguirão sem a página, conforme: (cf. BEJA, 2011, s/p). Contudo, segue a referência do conto: BEJA, Olinda. Lembras-Te? Disponível em: https://trapichedosoutros.blogspot.com/2013/09/lembras-te-de-olinda-beja_7.html. Acesso em: 17 out. 2022.

riquezas latifundiárias do lugar e manter relações sexuais com as mulheres de São Tomé e Príncipe. O texto é uma espécie de memorial no qual a voz narrativa traz à cena os acontecimentos que marcaram a história de exploração realizada por esse antepassado luso, “possuidor” de muitas mulheres e “poucos filhos”, visto que não colocava seu sobrenome europeu nos filhos gerados com as mulheres do referido arquipélago africano, segundo constava no Arquivo Histórico. Em síntese, trata-se de uma escrita em segunda pessoa do discurso, marcada por um tom memorialista, com fortes indicações de consciência política do vínculo colonial que aproximava o neto, pertencente ao país insular, do distante avô português inominado.

O conto “Oitenta e oito”, de Eliana Alves Cruz, está presente na compilação de textos da autora realizada pelo *Portal de Literatura Afro-brasileira* (Literafro), da UFMG, tendo sido também publicado no volume 40 dos *Cadernos Negros*. Nesta curta ficção histórica, a autora narra o debate científico de um grupo de pesquisadores vinculados ao IPS – Instituto de Pesquisas dos Sentimentos, cuja missão era investigar o sofrimento imposto às sociedades pelo flagelo da escravidão, acontecimento histórico ainda vigente em algumas civilizações.

Para isto, os cientistas voltariam no tempo, visto que eles estão em uma configuração temporal com mil anos de distância, valendo-se de uma máquina do tempo, A Máquina Oitenta e Oito, em menção ao ano de 1888. Nesse sentido, a voz narrativa se remete às diferentes construções temporais da escravização dos negros, com o intuito de mostrar a opressão imputada pela colonização a esses corpos, aflição representada pela aparição dos nomes e papéis políticos de personagens históricos na narrativa, tais como: André Rebouças, Francisco José do Nascimento, José do Patrocínio, Luiz Gama e Zumbi dos Palmares, figuras cujos atos marcaram o limiar de resistência dos negros no Brasil.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar como as práticas coloniais/colonialidade do espaço e os trânsitos espiralares se apresentam nos dois contos já mencionados, a fim de constatarmos a possibilidade de dialogismo existente entre a narrativa memorialística de Olinda Beja e a ficção histórica de Eliana Alves Cruz, pelo prisma das teorias da colonialidade, tendo como categorias de análise o espaço, o tempo e o agenciamento das personagens. Ademais, ressaltamos que, mesmo os contos possibilitando uma leitura no âmbito dos estudos de gênero e do feminismo decolonial, o interesse desta análise pauta-se, sobretudo, na teoria da colonialidade, cujas premissas se voltam para as continuidades da lógica colonial no presente.

2 Colonialidade do espaço: diálogos teóricos

Rita Segato (2013, p. 80), examinando as relações entre colonialidade e patriarcado colonial moderno, enfatiza que as relações de gênero são onipresentes na vida social como um todo, apesar de comumente serem tipificadas como particulares no discurso sociológico e antropológico. Ou seja, a categoria da colonialidade do espaço, proposta neste artigo, não prescindirá da categoria gênero, uma vez que ela está presente nas investigações sociológicas e antropológicas que marcam a convivência social dos sujeitos contemporâneos, passando, inclusive, pela proposta de “transversalizar políticas de gênero” (SEGATO, 2013, p. 92).

Assim sendo, o próprio ato de transversalizar as políticas de gênero no seio das práticas sociais se constitui uma ação decolonial, pois se ancora em uma pedagogia crítica que disponibiliza ao mundo “sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas e antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas” (VERGÈS, 2020, p. 46). Desse modo, faz-se necessária uma breve diferenciação conceitual que permita o bom uso dos termos “descolonização” e “prática decolonial”.

Em linhas gerais, segundo Françoise Vergès (2020), há uma diferença entre a descolonização e a prática decolonial. Para a autora, a descolonização refere-se aos períodos históricos e políticos que sucederam o fim da relação colonial oficial entre os países colonizadores e aqueles que estavam submetidos à dominação colonial; já a prática decolonial consiste em uma atividade constante, individual e coletiva, de denúncia e de visibilidade dos eixos de opressão, que permanecem vigentes, herança da exploração do colonialismo, mas que são ocultados por uma política de negacionismo dessa estrutura, presente nas ditas sociedades pós-coloniais. Desse modo, Vergès (2020), citando as discussões de Peter Ekeh (1983), diz:

A colonização é um acontecimento/período, e o colonialismo é um processo/movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências. Os feminismos decoloniais estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido (VERGÈS, 2020, p. 41).

De fato, o que ocorre não é, a nosso ver, apenas uma vasta prática estrutural da complexa teia interseccional composta pelo racismo/sexismo/etnicismo, mas também a

manutenção de uma configuração negacionista, que acaba por validar determinadas violências raciais, muitas vezes disfarçadas pelo argumento de ausência de intenção e pelo suposto mito da democracia racial, que, necessariamente, continuam a atingir negativamente as pessoas negras, o que elas produzem e os espaços sociais pelos quais circulam.

Neste sentido, cabe destacar o pensamento de Nelson Maldonado-Torres (2018, p. 36), para quem a “modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual”. Ainda sobre essa questão, vale salientar que a antropóloga Lélia Gonzalez (2019) discute os danosos efeitos do colonialismo e do racismo e aponta para ideia de racismo por denegação. Para a antropóloga, esse fator resulta em um grave problema, que circunscreve o contexto do racismo no Brasil:

como denegação de nossa latino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são seu testemunho vivo (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazer isso (“democracia racial” brasileira). [...] A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação (GONZALEZ, 2019, p. 341).

Tal denegação faz com que a população negra dos países colonizados passe por um processo de apagamento étnico de sua relevância para a formação cultural e sociopolítica da nação. Por isso, Vergès (2020, p. 44) aponta para a obscuridade do colonialismo em todos os aspectos, desde atuações que vão do ambiente do lar regulado pela colonialidade (espaço dito privado) até aos contextos nacionais, estruturais e institucionais (espaços considerados públicos).

Dessa maneira, de acordo com Vergès (2020), tanto as afro-americanas quanto as mulheres consideradas racializadas na França são vistas pelo capitalismo e pelo patriarcalismo como forças que garantem seu funcionamento. Então, essas trajetórias de vida são atingidas diametralmente pela colonialidade do espaço – espaço em que as colonialidades do ser, saber, poder e do gênero se estabelecem como norma (MISSIATTO, 2021, p.38) e afetam as condições de vida dos sujeitos marginalizados pela matriz colonial do poder. Logo, esses grupos sociais são expostos aos efeitos do necropoder, entrecruzando racismo, sexismo e outras opressões que produzem as marcas de controle capitalista sobre tais corpos.

María Lugones (2019) aponta que a dicotomia hierarquizante basilar da modernidade colonial é a do ser: o ser humano/ o não humano. A partir desse paradigma, outros binarismos se estabeleceram, a fim de que o homem ocidental legitimasse seu

empreendimento capitalista e, assim, tivesse a abertura para explorar os países colonizados da África, das Américas e do Caribe. Tais dualidades preveem o dominador e o dominado, o ser superior e o inferiorizado, o imperial e o marginalizado, sendo esses pressupostos que marcam a ideia de selvageria ou civilização. A autora ainda diz:

O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. A mulher burguesa não era entendida como um complemento desse homem, e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade – sempre a serviço do homem branco, europeu, burguês. A imposição dessas hierarquias dicotômicas foi costurada à historicidade das relações, inclusive a das relações íntimas (LUGONES, 2019, p. 358).

A crítica de Lugones também pode ser notada em outras autoras, como bell hooks (2019) e a já mencionada Françoise Vergès (2020), as quais enfatizam a necessidade de verticalizar as análises das condições sociais do âmbito do trabalho, com intuito de mostrar a pirâmide hierárquica composta por homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente. Para Lugones (2020, p. 54), as feministas negras têm ressaltado que determinadas opressões só são visualizadas quando postas na encruzilhada epistemológica da interseccionalidade, pois, através da intersecção das categorias gênero, raça, classe, localização e religiosidade, a dominação e exploração violentas das mulheres de cor são percebidas, sendo os homens negros também participantes desta coligação patriarcal.

Diante disso, na seção seguinte, abordaremos a espiral de colonialidades que perpassam os contos historiográficos de Olinda Beja e Eliana Alves Cruz, com o intuito de perceber as configurações de um espaço regulado pela matriz colonial do poder, que controla seres, saberes e identidades, marginalizando-os no sistema-mundo capitalista.

3 Trânsitos espiralares na encruzilhada do Atlântico: Olinda Beja e Eliana Alves Cruz

Leda Maria Martins (2003, p. 69) afirma que “a cultura negra é, epistemologicamente, o lugar das encruzilhadas”. A referida autora entende que a encruzilhada não é apenas o espaço de contato das diferentes culturas e o câmbio de distintos sistemas simbólicos, mas também o ponto de convergência de espirais históricas, de novas e outras espacialidades/temporalidades. Assim sendo, investigar os contos históricos de Olinda Beja e Eliana Alves Cruz é uma forma de revisitar esse fluxo em tempo espiral, banhando

pelo Atlântico durante as travessias dos africanos para o trabalho escravo nas colônias europeias espalhadas pelas Américas.

O conto da santomense Olinda Beja, inserido na antologia *Histórias de Gravana*, narra as travessias de um antepassado avô, que constantemente fazia o percurso Portugal/São Tomé e Príncipe, a fim de monitorar seus empreendimentos latifundiários e manter relações com as mulheres santomenses. O livro de contos de Beja foi selecionado para concorrer ao *Prêmio Portugal Telecom* em 2012. Segundo Santos e Rodrigues (2017, p. 340), o livro dá voz às tradições ancestrais por meio dos contos ligados aos saberes orais, que são transmitidos pelos mais velhos de Batepá, lugar da enunciação narrativa dos enredos que se desenvolvem no compêndio. Dessa maneira, a focalização se delinea em torno da construção de uma identidade ligada à terra e situada no contexto histórico da independência de São Tomé e Príncipe. “Lembras-te?” se inicia da seguinte forma:

Trazias nos olhos a longidão de um outro Atlântico, frio e brumoso, oceano profundo que deixaste na amurada de teus pensamentos lusos, viagem de emoções e expectativas. E nesse trajecto trouxeste cheiros de outros corpos e de outras plantas, retalhos de vidas que se aninharam na tua mente entristecida e só, fruto de uma latinidade enregelada e fatalista (BEJA, 2011, s/p).

Esse excerto marca historicamente o início das ações da trama, desenroladas em um período no qual ocorriam as relações transculturais/coloniais entre Europa e África. Para se referir a esse fenômeno histórico, Paul Gilroy (2012) traz a ideia de uma “trans-cultura negra”, concepção pela qual se entende que as culturas nacionais surgem de raízes mais fluidas, sem ter necessariamente uma vinculação fixa com o solo; para este fim, Gilroy (2012, p. 15) utiliza a metáfora do movimento marítimo, a qual podemos usar como ilustração do fenômeno de “trazer nos olhos a longidão de um outro Atlântico”. Ainda conforme o autor:

A contaminação líquida do mar envolveu tanto mistura quanto movimento. Dirigindo a atenção repetidamente às experiências de cruzamento e a outras histórias translocais, a ideia do Atlântico negro pode não só aprofundar nossa compreensão sobre o poder comercial e estatal e sua relação com o território e o espaço, mas também resume alguns dos árduos problemas conceituais que podem aprisionar ou enrijecer a própria ideia de cultura (GILROY, 2012, p. 15).

Podemos exemplificar a mistura atlântica referida por Gilroy (2012) com o fragmento: “E nesse trajecto trouxeste cheiros de outros corpos e de outras plantas, retalhos de vidas que se aninharam na tua mente entristecida” (BEJA, 2011, s/p), pois ele demonstra o hibridismo que há nos deslocamentos efetuados pelo longeavô. Logo, movimento e mistura se originam no mesmo ponto de partida: uma identidade marcada pela construção subjetiva,

híbrida e formada pela dialética com o outro, “fruto de uma latinidade enregelada e fatalista” (BEJA, 2011, s/p).

Após apontar para o ato de chegada ao território insular santomense, a voz narrativa encaminha o foco da ficção curta ao vislumbre do deslocamento da nação lusa, com o desejo de apresentar as similitudes existentes entre os trânsitos dos pássaros portugueses e as viagens do longeavô:

Trazias o voo dos teus pássaros migrantes, dicionário alado que tentaste reproduzir no solo ilhéu onde teus pés feridos e calejados de outros chãos repousaram por fim. Mas as tuas aves não vieram no teu peito nem na proa do navio grande que te trouxe nem se aninharam em tuas mãos rudes e prósperas de sonhos como de sonhos se despojaram teus braços. E abraços. E as aves não migraram nem cantaram nos teus dedos. Apenas ouviste delas o bater de asa, plumas de frio que não se habituam nunca a sóis tórridos nem a sombras quentes de cacauzais alaranjados (BEJA, 2011, s/p).

Ao mostrar que o voo dos pássaros migrantes se constituía como um dicionário que o antepassado tentou reproduzir no solo santomense, a voz narrativa traduz uma gama de ações dinamizadoras do deslocamento: o voo dos pássaros fomenta a ideia de liberdade, mas de uma liberdade condicionada ao movimento de partida, já que ele é “migrante”. Todavia, as aves não vieram no peito do longeavô, e não se estabeleceram nas terras insulares, onde o sol era tórrido, não havia primavera e até as sombras eram quentes; sendo assim, a liberdade, por exemplo, das mulheres santomenses que o colonizador engravidava, estava condicionada ao fato de que os filhos não recebiam, no cartório, o nome do pai, o que conseqüentemente privava o(a) garoto(a) das benesses e das propriedades latifundiárias do portador.

A não nomeação, nesse caso, pode implicar em uma espécie de negação da identidade que constitui a outra parte da geração. Negar o nome é uma forma de colonialidade do ser, pois o discurso de nomeação é uma maneira de possibilitar o conhecimento, de trazer à tona uma construção de um significante ontológico. Consoante Maldonado-Torres³⁵:

O privilégio do conhecimento na modernidade e a negação de faculdades cognitivas em sujeitos racializados oferecem a base para a negação ontológica. No contexto de

³⁵ “*El privilegio del conocimiento en la modernidad y la negación de facultades cognitivas en los sujetos racializados ofrecen la base para la negación ontológica. En el contexto de un paradigma que privilegia el conocimiento, la descalificación epistémica se convierte en un instrumento privilegiado de la negación ontológica o de la sub-alterización. ‘Otros no piensan, luego no son’*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 145).

um paradigma que privilegia o conhecimento, a desqualificação epistêmica se converte em um instrumento privilegiado da negação ontológica ou da subalterização, “Outros não pensam, logo não são.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 145).

De fato, ser e saber são categorias fundamentais para a existência humana, a qual é possibilitada também pela nomeação. Logo, o ato de não nomear os filhos, como fez o longeavô, pode ser visto como um instrumento da colonialidade do ser, o qual tem no seu espectro a política da negação e da invisibilidade das identidades, que não se aloca nos binarismos hierarquizantes da modernidade colonial. Além disso, pode representar a impossibilidade de legitimidade dos filhos dessas mulheres que são duplamente violadas – física e socialmente –, situadas em um contexto colonial já marcadamente opressivo. Essa ideia de dominação que regula espaços, identidades, saberes e gênero pode ser retificada pelo seguinte fragmento do texto:

Não vinhas para ficar... lembrás-te? Vinhas para encher teu baú (que viajou no porão) de fortunas, especiarias, tecidos raros, vinhas para dar ordens, ensinar, amear e partir de novo como quem cumpre um roteiro escolhido numa conversa qualquer de amigos ou numa agência de viagens. Sabias ler, escrever, fazer contas, o que era um trunfo a teu favor naquele tempo em que eram muito poucos os que podiam exhibir tais artes. Por isso vinhas, tal como *Sandokan*, conquistar facilmente um reino do qual um outro antepassado teu te contara (BEJA, 2011, s/p).

O excerto acima mostra o quanto os mecanismos de exploração fizeram parte dos trânsitos entre Portugal e São Tomé e Príncipe. “Não vir para ficar” é um recurso linguístico que coaduna com a ação dos pássaros migrantes, bem como aponta para um exaustivo processo de espoliação dos bens naturais e humanos que compunham a ilha. Havia uma exploração contínua das riquezas, como pode ser visto no trecho: “Vinhas para encher teu baú (que viajou no porão) de fortunas, especiarias, tecidos raros” (BEJA, 2011, s/p). O longeavô vinha para dar ordem, para escravizar os santomenses e manter relações sexuais impositivas com as mulheres. Era uma situação que alcançava patamares subjetivos e dinamizava um fluxo das opressões de gênero, raça e classe, impondo aos nativos o sofrimento do trabalho infindo e da ausência de seus bens nacionais.

Já o trecho “Sabias ler, escrever, fazer contas, o que era um trunfo a teu favor naquele tempo em que eram muito poucos os que podiam exhibir tais artes” (BEJA, 2011, s/p) ventila a ideia de colonialidade do saber, apontada por Santiago de Castro-Gomez (2007) como o ponto zero da relação triangular da produção do conhecimento, junto com a colonialidade do poder e do ser. Castro-Gómez (2007, p. 79), citando Lander (2000),

demonstra que as ciências sociais e humanas carregam uma ampla herança colonial, o que, de certo modo, reforça a hegemonia cultural do Ocidente. Assim sendo, não é apenas dominar o saber e seus mecanismos de produção, mas deslegitimar os saberes produzidos nos países colonizados, em face de uma prática de invisibilização dos conhecimentos ancestrais mantida pelo epistemicídio.

O conto finaliza com a ida do protagonista, Benguelino da Costa Ferreira, ao Arquivo Histórico com o objetivo de averiguar sua ascendência genealógica e rever as ligações de parentesco com o seu longeavô:

Fui ontem ao Arquivo Histórico, meu longeavô, e vi a tua mão direita deslizar firme e jovem, a caneta de aparo reluzente, a escrever “Benguelino, contratado vindo numa leva de homens oriundos de Angola”. Nesse dia, sem o saberes, passaste para o meu mundo... Serei eu, meu longeavô, serei eu, Benguelino da Costa Ferreira, condutor de táxi a tempo inteiro e plantador de cacau nas horas vagas, portador do teu sangue luso no meu corpo negro, serei eu que porei o teu nome ao meu filho que vai nascer pela lua cheia que se aproxima (BEJA, 2011, s/p).

Esse desfecho de reconfiguração ontológica se configura como o ponto de convergência e transição para uma chave de leitura fundamental para análise do conto “Oitenta e oito”: a concepção espiral da passagem do tempo e sua importância para a narrativa. Notemos que o dêitico adverbial “ontem” aponta para uma dimensão passada do tempo; ao passo que as desinências verbais do futuro do presente (serei) mostram uma perspectiva de tempo vindoura, atravessada pelos passados que constituíram uma superfície de concretização mais imediata; e um futuro mais prolongado, ainda que no mesmo plano do “futuro do presente”, marcado pelo nascimento de um filho, o qual terá o mesmo nome de Benguelino da Costa Ferreira. Com isso, percebemos que as temporalidades se cruzam como se entrecruzam também as gerações, em uma espiral de fatos históricos e memorialísticos relevantes para a comunidade de Batepá.

Fernanda Miranda (2017), ao abordar as questões acerca do rompimento histórico com a escravidão e o agenciamento performático de Dana, a protagonista do romance histórico *Kindred: Laços de sangue*, de Octavia Butler, afirma que tal personagem vive na fronteira entre um passado colonial, que se entrecruza com o presente, e, no corpo dela, se inscrevem as marcas da ruptura com a dominação do colonialismo. Seguindo o mesmo viés, a pesquisadora ainda enfatiza as semelhanças de movimentos entre Dana e Ponciá Vicêncio, nas suas trajetórias de idas e vindas no espaço-tempo, que se assemelham com a volta ao passado feita por Benguelino no conto. A pesquisadora ressalta:

Essa ligeira síntese faz lembrar outra personagem diaspórica, negra e jovem como Dana, e também como ela é atravessada por temporalidades em trânsito: Ponciá Vicêncio, protagonista do romance homônimo de Conceição Evaristo (2003), também é uma mulher marcada por um corte no braço, um corte que, assim como o de Dana, rastreia as marcas do tempo, pulsando as permanências de uma experiência histórica que demarca os territórios outrora coloniais, mas que ainda ativa sentidos atualizados no presente, pois seus resultados seguem recalçados no pós-colonial (MIRANDA, 2017, s/p).

À essa experiência da espiralidade temporal também se anexam as configurações espaço-temporais de “Oitenta e oito”, que, de certo modo, são entrecruzadas por fatores cíclicos, de espacialidades outras, atravessadas pelo desejo dos antepassados de criar narrativas alternativas inscritas em um futuro distante mil anos do presente sofrimento da escravidão, objetivando ressignificar a memória coletiva da ancestralidade em situação diaspórica. Nesse contexto, em que as narrativas alternativas da história se fazem imprescindíveis, Fernanda Miranda (2017) ressalta a relevância dessas novas formas de dizer a história, como podemos observar na citação abaixo:

São ficções que não estão empenhadas em reviver o passado, mas antes em criar narrativas alternativas desde o próprio presente. Como disse Frantz Fanon na conclusão de *Peles negras, máscaras brancas*: “*Serão desalienados pretos e brancos que se recusarão a enclausurar-se na Torre substancializada do Passado. Por outro lado, para muitos outros pretos, a desalienação nascerá da recusa em aceitar a atualidade como definitiva*” (MIRANDA, 2017, s/p, *italico do original*).

Eliana Alves Cruz tem publicado romances que refletem sobre a condição feminina na escravidão no contexto latino-americano e o trânsito entre Angola, Moçambique e Brasil entre os séculos XVII e XIX, como o fez em *Água de Barrela* (2015) e *Crime do Cais do Valongo* (2016). Já em *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020), Eliana traz uma narrativa que ressignifica, historicamente, o Rio de Janeiro do século XVIII, abordando temas como racismo, intolerância religiosa, escravização da população negra, violência sexual e misoginia.

Por conseguinte, o conto “Oitenta e oito”, de Eliana Alves Cruz, aborda, a partir de uma perspectiva afrofuturista, a questão histórica relacionada ao sofrimento causado pela escravização dos negros. Essa prosa curta enfoca o sofrimento causado pela escravidão, sendo essa a maior barbárie que a colonização europeia imputou aos colonizados. O já mencionado autor Aimé Césaire (2020, p. 26-27) afirmou “que a Europa é responsável perante a comunidade humana’ pela maior pilha de cadáveres da história [...] a colonização

européia adicionou o abuso moderno à antiga injustiça; o racismo odioso à velha desigualdade”.

O texto de Eliana Alves Cruz se inicia da seguinte forma:

O grupo estava reunido havia horas sem chegar a uma conclusão. Um burburinho percorria o ambiente e, vez por outra, uma voz queria dominar e fechar a questão. A Dra. Josefina, mãos postas sob o queixo e olhar cansado, parecia alheia a tudo aquilo. Estava em qualquer outro lugar, menos em uma sala do IPS — Instituto de Pesquisas dos Sentimentos. Deixou o debate acontecer por um bom tempo, sem interferir, até aquele momento em que lentamente se levantou e, com sua figura pétrea, de olhos cerrados, impôs o silêncio e tomou a palavra (CRUZ, 2020, p. 180).

Um ponto digno de ênfase no início dessa narrativa é que a personagem principal do texto e, conseqüentemente, do empreendimento científico, é uma mulher, Dra. Josefina. Quando ela se pronuncia sobre o feito histórico e sobre a relevância da Máquina Oitenta e Oito para o retorno ao passado, todos os demais integrantes do Instituto de Pesquisas dos Sentimentos (IPS) silenciaram para ouvi-la falar. A feminista estadunidense bell hooks (2019), falando de sua experiência como pesquisadora negra nos Estados Unidos, mostra o esforço dela e de outras mulheres de cor para seguir seus desejos acadêmicos sem permitir que o racismo e o machismo as calassem e definhassem o dinamismo intelectual na busca dessas mulheres pelo conhecimento.

Nesse sentido, quando Eliana Alves Cruz coloca uma mulher como pesquisadora-chefe de um empreendimento científico sobre a Abolição da Escravatura, ela desestabiliza o machismo estrutural que preside muitas ações institucionais que marginalizam mulheres, sobretudo as negras, em seus ambientes de trabalho. Segue outro excerto do texto para percebermos a relevância intelectual da Dra. Josefina para o grupo de pesquisadores do IPS:

Josefina fora uma das pioneiras nas chamadas "Experiências de Vivência"; viagens no tempo para ver *in loco* acontecimentos históricos e observar como alguns fatos realmente ocorreram. Nessas jornadas, viam os acontecimentos como num filme, mas estavam lá, invisíveis na cena. Tinham um tempo determinado para permanecer e regras de conduta rígidas comandadas por um código de ética severo. Anos de treinamento eram necessários para integrar uma expedição. Ela era a encarregada de fazer a análise psicológica dos personagens envolvidos, mas agora a proposta radicalizou-se (CRUZ, 2020, p. 180).

Na verdade, a nosso ver, esse trecho ressalta um tópico relevante para as discussões que vêm sendo pautadas neste trabalho: a ideia de experiência histórica. Ramón Grosfoguel (2008, p. 119) estabelece a distinção entre lugar social e lugar epistêmico,

afirmando que “o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno”. Entretanto, na figura da Dra. Josefina, lugar social e lugar epistêmico se coadunam a fim de reconhecer os danos históricos causados pela escravidão, tão notáveis que podem ser percebidos por uma geração situada a um milênio distante do fato. Dra. Josefina, segundo a narrativa, não usou do privilégio de seu lugar epistêmico para situar-se do lado dos que oprimem.

Grosfoguel (2008, p. 136), discutindo transmodernidade e pensamento de fronteira como possibilidades para se erigir outra concepção de modernidade, ressalta que “epistemologia de fronteira” é oriunda do pensamento de fronteira, pois considera, de fato, “o lado subalterno da diferença colonial, o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos antissistêmicos que participam no processo de produção de conhecimento”. E isso pode ser constatado nas atitudes da Dra. Josefina, a exemplo do fragmento a seguir:

A Dra. Josefina bebeu um gole de água. Todos estavam um tanto surpresos com o viés do trabalho. Ela prosseguiu.

— Sei que você, Tomás, e muitos aqui estavam se preparando para sofrer e extrair da dor o que nos move em direção ao outro, mas nossa proposta não é esta. Vamos entrar na pele dos que foram empáticos o suficiente para sair da inércia. Não detalhei antes porque precisávamos dos que tivessem a coragem suficiente para, se for necessário, sentir dor, pois, segundo tudo o que já sabemos, este é o primeiro requisito da empatia: a bravura em vestir a angústia do outro (CRUZ, 2020, p.181).

Essa concepção de uma alteridade embasada em critérios de empatia, notada no fragmento “sofrer e extrair da dor o que nos move em direção ao outro”, possui duas forças motrizes: evidencia, por um lado, o desejo pela sororidade, uma categoria que une a fraternidade em torno de sujeitos que compartilham uma mesma experiência histórica; e enfoca, por outro, os aspectos do atravessamento das dores nas experiências de pessoas negras, sobretudo mulheres, ocasionando a ausência da sororidade no momento em que a sua presença se fazia, necessariamente, relevante. A isto, Vilma Piedade (2017) nomeou de “Dororidade”, que, segundo seu livro, se constitui como um conceito cumulativo:

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta.” (PIEADADE, 2017, p. 16).

Nesse sentido, Vilma Piedade (2017) aponta para as sombras e o vazio da “dororidade” das mulheres negras.³⁶ Apontamos para os aspectos sombrios da colonialidade do espaço, em segregar as pessoas e levá-las à morte e aos sofrimentos mais austeros; a voz narrativa de Eliana Alves Cruz aponta para a vida de vários personagens históricos que resistiram à exploração, violência, escravização e ao racismo. E o conto tem seu desfecho com o seguinte trecho:

Antes da partida, porém, o Dr. Natanael, o especialista em religiões, após observar tudo calado disse ao grupo dissidente:

— Tomás, nunca se esqueça: Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.

E impulsionados pelo coração, que era a máquina Oitenta e Oito, estavam prontos para navegar na corrente sanguínea do tempo (CRUZ, 2020, p.181).

A espiralidade, como base moduladora do tempo, percebida na oração “navegar na corrente sanguínea do tempo”, resulta na concretização de ações concomitantes, possibilitando, ao mesmo tempo, a percepção das continuidades históricas do colonialismo, enquanto um circuito que reproduz o passado no presente, e a constatação da possibilidade de se traçar atitudes estratégicas, a exemplo do empreendimento feito pelo Instituto de Pesquisas dos Sentimentos, que visem romper com a estrutura de poder mantida pelo capitalismo e pela globalização. Por fim, “navegar na corrente sanguínea do tempo” remete também ao aspecto genealógico do passado, em um percurso retrospectivo semelhante ao de Benguelino na procura de seu longeavô, no conto de Olinda Beja.

Considerações Finais

Neste artigo, evidenciamos marcas da colonialidade delineadas em dois contos históricos: “Lembras-te?”, de Olinda Beja, escritora santomense, que ficcionaliza o processo de reencontro genealógico com o antepassado europeu, a fim de promover uma interação sobre os aspectos históricos e territoriais que circundavam a relação entre Portugal e São Tomé e Príncipe durante a colonização; e “Oitenta e oito”, da escritora brasileira Eliana Alves Cruz, a qual, a partir de uma perspectiva afrofuturista e histórica, narra um evento de

³⁶ Apesar de estarmos tratando da escravização de negros, das dores das mulheres negras, existem as formas de aquilombamento e as maneiras de minorar as dores. Estamos conscientes de que o conto “Oitenta e oito” não apresenta somente as dores e os sofrimentos, mas também alegria, esperança e a força, elementos que podem ser alcançados por meio da ciência e da espiral do tempo, pelo discurso, voz ativa da Dra. Josefina.

retorno milenar a uma sociedade marcada pela escravidão, uma expedição científica patenteada pelo Instituto de Pesquisas dos Sentimentos.

Observando essas narrativas pelo prisma da espiralidade temporal, percebemos que há uma ressignificação da categoria tempo em ambas: o texto de Olinda Beja revisita o passado a fim de olhar para os laços lusos que circundavam o território insular de modo mais crítico e estabelecer a interação genealógica com o longeavô através da visão de um personagem com os pés fincados em um solo já marcado pelos processos históricos de Independência; logo, é uma espiral regressiva de tempo não tão remoto, já que parte de um presente narrativo (futuro para Benguelino) ainda entrelaçado ao passado recente que oprimiu os santomenses.

Já a configuração temporal do texto de Eliana Alves Cruz é atravessada por uma matriz espiral que articula o presente narrativo (futuro de um milênio para Dra. Josefina e demais personagens) ao passado histórico da escravização dos negros, com o intuito de investigar as ações de sujeitos históricos que vivenciaram o sofrimento, bem como averiguar o agenciamento que os impulsionava (André Rebouças, Luiz Gama, Dandara, Zumbi dos Palmares e outros) a lutarem pelo processo de abolição.

Sendo assim, ao articularmos colonialidade do espaço e tempo espiralar, enfatizamos que, embora a dor e o sofrimento sejam categorias moventes na trajetória das personagens dos contos selecionados, as performances agenciadas por Benguelino e Dra. Josefina e seus companheiros, por exemplo, servem de modelo para quem deseja sobreviver diante da brutalidade do sistema colonial e possibilitam pensarmos em esperança para as vidas marginalizadas, as quais estreiam performances contra as opressões coloniais, racistas e sexistas.

Portanto, seja como a personagem que reverteu a opressão sexista ao pesquisar seus antepassados ou como a cientista que ultrapassou a subalternização imposta pelo patriarcado, inserindo-se em posição de evidência social, este artigo trata da trajetória de personagens que usaram a ciência, a nova história e o conhecimento como forma de se inscrever no mundo e tiveram a ousadia de refazer a história, como afirma Gayatri Spivak (2019).

Referências

BEJA, Olinda. **Histórias da Gravana**. São Paulo: Escrituras, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El Giro Decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Trad. Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CRUZ, Eliana Alves. Oitenta e Oito. **Cadernos Negros: Contos Afro-brasileiros**, Quilombhoje, v.40, p. 179-181, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **O Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia políticas e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

HOOKS, Bell. Negra e mulher: reflexões sobre a pós-graduação. In: _____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SANTOS, T. de S.; Rodrigues, I. de O. (2017). Um canto de santomensidade em “Histórias da Gravana”, de Olinda Beja. **Revista Crioula**, n. 20, p. 337-354. Disponível em: <http://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2017.137486>. Acesso em: 15 out. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la Colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago *et al.* **El Giro Decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

MARTINS, Leda Maria. Performances da Oralitura: Corpo, lugar da memória. In: **Revista do PPGL/UFMS**, Santa Maria, v.26, p.63-81, Jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>. Acesso em: 15 out. 2022.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Do Presente atravessado por outros tempos. **Suplemento de Pernambuco**, 2017. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2003-do-presente-atravesado-por-outros-tempos.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Silêncios prEscritos**: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006). Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al.* **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona editores, 2014.

MISSIATTO, Leandro Fonseca. **Colonialidade Normativa**. Curitiba: Appris, 2021.

MUDIMBE, Valentim. **A invenção de África**: gnose, filosofia e ordem do conhecimento. Lisboa: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **La Crítica de la Colonialidad em ocho ensayos y uma antropologia por demanda**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: UBU, 2020.

YOUNG, Robert J. C. **Desejo Colonial**: hibridismo em teoria, cultura e raça. Trad. Sergio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

“LEMBRAS-TE” FROM “OITENTA E OITO”: COLONIALITY OF SPACE AND SPIRALING TRANSITS IN TWO SHORT STORIES OF FEMALE AUTHORSHIP

Abstract

Western modernity is generally understood as a form of progress and economic, social and political advantages, which somehow overlaps with other sociocultural models, automatically seen as the product of delay and the absence of civilization, according to Maldonado-Torres (2020). In this context, our goal is to investigate two historiographic short stories – "Lembras-te?", by Olinda Beja, and "Oito e Oito", by Eliana Alves Cruz – observing how these narratives approach the following points: colonial practices in supposedly decolonized political contexts, in which bodies are crossed by the coloniality of space; and spiral transits as a reinvention of linear historical fact. Thus, we will use the assumptions of Castro-Gómez (2003), Césaire (2020), Curiel (2020), Lugones (2020), Maldonado-Torres (2007) Martins (2003), Miranda (2019) and others. Moreover, we find that both short stories problematize the views of a narrative hegemony in identity, epistemological and cultural formations of the once colonized countries, which were destabilized in view of the awareness of other possibilities of being, existing and creating in a multiethnic world and marked by "diverseness" (MIGNOLO, 2000; GROSFUGUEL, 2008).

Keywords

Female authorship. Spirality. Coloniality of space.